



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de entrega de títulos de regularização fundiária, lançamento do Plano das Cadeias da Sociobiodiversidade e assinatura do Compromisso Mais Amazônia pela Cidadania com os governadores da Amazônia Legal**

**Manaus-AM, 27 de abril de 2009**

Meu caro companheiro, governador do estado do Amazonas, governador Eduardo Braga,

Companheiros ministros que me acompanham,  
Companheira Dilma Rousseff, da Casa Civil,  
Alfredo Nascimento, dos Transportes,  
A Márcia Bassit, interina da Saúde,  
A Izabella Teixeira, interina do Meio Ambiente,  
O Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário,  
O Marcio Fortes, das Cidades,  
O companheiro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos,

O companheiro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos,  
Quero cumprimentar o Omar Aziz, vice-governador do Amazonas,  
Quero cumprimentar o deputado Belarmino Lins, presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas,

Quero cumprimentar a nossa querida governadora Ana Júlia Carepa, do Pará,

Ivo Cassol, de Rondônia,

Marcelo Miranda – que teve que sair – do estado de Tocantins,

Waldez Góes, do estado do Amapá,



**Presidência da República**  
**Secretaria de Imprensa**  
**Discurso do Presidente da República**

---

José Anchieta, do estado de Roraima,  
Quero cumprimentar os vice-governadores César Messias, do Acre, e João Alberto Souza, do Maranhão,  
Quero cumprimentar os senadores Jefferson Praia e o companheiro João Pedro, e Alberto [Augusto] Botelho,  
Quero cumprimentar os deputados federais Átila Lins, Dalva Figueiredo, Gladson Cameli, Lupércio Ramos e Rebecca Garcia,  
[Quero] cumprimentar, também, a companheira Vanessa Grazziotin,  
Quero cumprimentar o prefeito da capital, Amazonino Mendes,  
Quero cumprimentar o ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça,  
Quero cumprimentar o embaixador, presidente do Conselho de Direitos Humanos da ONU,  
Quero cumprimentar o presidente do Incra,  
Quero cumprimentar os presidentes de associações estaduais de municípios da Amazônia Legal,  
Quero cumprimentar a nossa querida Flávia Grosso, superintendente da Suframa,  
Quero cumprimentar o companheiro Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional de Seringueiros,  
Quero cumprimentar os trabalhadores, as trabalhadoras e todos aqueles que trabalham com extrativismo na região da Amazônia,  
Minhas amigas, meus amigos,  
Companheiros da imprensa,  
Companheiros prefeitos, deputados estaduais, secretários,  
Todos os demais que eu puder cumprimentar, porque eu vou falar um pouco com vocês agora.

Toda vez que vou falar, que eu vejo dois microfones, é porque um deles



não está bom. Bom mesmo é falar apenas em um microfone, que as pessoas podem ouvir com uma certa nitidez.

Eu queria fazer alguns agradecimentos. O dia de hoje não é um dia pouco importante, não é um dia qualquer. É o dia em que nós começamos a mostrar que a virada para o povo da Amazônia começou, de forma irrevogável, não tem mais retrocesso.

Tudo isso começou há muito tempo, há muito tempo. Possivelmente, antes de nós, muitos outros companheiros brigaram, em toda a Amazônia, para que a gente pudesse garantir um pouco de legalidade a esta região.

Eu mesmo, já em 1979, era processado no estado do Acre pela morte do companheiro Wilson Pinheiro de Souza. Pelo fato de ter ido a uma assembléia, na cidade de Brasiléia, lá no Acre, em solidariedade ao Wilson de Souza, que tinha sido assassinado pelos latifundiários daquela época, eu fui condenado aqui no Tribunal de Manaus, a três anos e meio de cadeia, pela Lei de Segurança Nacional.

Pois bem, depois eu voltei outra vez. E aí, eu passei a visitar vários estados da região. Eu cheguei a usar até a poranga, que o seringueiro usa para entrar na floresta à noite. Eu tive contato com a nossa companheira Raimundinha, lá de São Miguel do Tocantins, companheira que, certamente, não veio hoje aqui porque parece que está doente, mas a companheira Raimundinha era o símbolo das quebradeiras de coco de babaçu da região. Eu me lembro de quantas vezes a gente discursava, defendendo a Amazônia e, muitas vezes, a nossa voz era tida como se fosse uma voz sem nenhum valor, sem nenhuma importância, porque estávamos falando aquilo que não sabíamos.

Até que um dia o companheiro Chico Mendes foi assassinado. Se o Chico Mendes não tivesse saído na imprensa americana, se ele não tivesse ganhado um prêmio da ONU, e a morte dele não tivesse sido publicada no *New York Times*, certamente ele teria morrido e passado despercebido por todos



nós, porque só quem ia dar uma notinha talvez fosse a Gazeta de Xapuri. Nenhum jornal de Rio Branco daria a matéria. Mas como ele ganhou importância internacional pela luta contra o desmatamento na Amazônia, então teve uma repercussão muito grande, o companheiro Chico Mendes, que foi assassinado no dia 22 de dezembro, ou 21 de dezembro de 1988. Vinte e dois de dezembro de 1988. Eu me lembro que estava no Rio de Janeiro e fui para o enterro do Chico Mendes. Eu estava de férias com a minha família, deixei a Marisa lá e fui para o enterro do Chico Mendes.

Eu acho que a morte dele simbolizou o começo de uma coisa nova neste país. Muito mais gente passou a ouvir falar dos seringueiros, as pessoas passaram a dar mais importância ao trabalho de um cidadão que comprava um burrico, que comprava um litro de querosene, que comprava um pouco de sal, um pouco de açúcar, um pouco de farinha e se metia no meio do mato por meses, às vezes, para quando voltar trazer a borracha que não dava nem para pagar o que ele tinha produzido. Mais grave: às vezes passava o dono da balsa vendendo produtos para ele comer, tomava todo o produto que ele tinha produzido, e ele voltava mais pobre do que tinha ido. Essas coisas aconteceram durante décadas e décadas neste país. O seringueiro parecia uma peça de museu, para quem as pessoas olhavam e falavam: “Esses não sabem o que estão fazendo”.

A história da humanidade está cheia de exemplos em que as coisas demoram a serem resolvidas muito mais tempo do que a gente gostaria, porque há todo um processo cultural, há um processo legislativo, há lei que tem que ser feita, há mudança que tem que ser feita para a gente poder ir consertando as coisas que estão erradas no Brasil.

Vejam vocês, não faz muito tempo, a gente começou a discutir a questão da Amazônia. Primeiro, começou com um projeto apresentado pela companheira Marina Silva, quando ministra do Meio Ambiente. Depois, eu constituí um grupo de trabalho que envolveu muitos Ministérios, envolveu o



Mangabeira, envolveu o nosso companheiro Guilherme, envolveu a Casa Civil, envolveu o Meio Ambiente, envolveu... não sei se os Direitos Humanos, mas envolveu muita gente. Depois que o pessoal preparou o primeiro projeto, eu escolhi um coordenador, que foi o companheiro Mangabeira. Depois ele conversou com todos os governadores da região da Amazônia e conseguiram produzir um documento que leva em conta o desenvolvimento da Amazônia. O desenvolvimento da Amazônia não pode ser visto por entidades do exterior como se a Amazônia fosse o santuário da humanidade, que é intocável, não se pode fazer nada.

Ao mesmo tempo, se nós não quisermos ter a Amazônia como santuário da humanidade, [onde] não se pode fazer nada, a gente não pode esquecer que aqui moram entre 24 e 26 milhões de pessoas, que vivem da Amazônia, que vivem da pesca, que vivem da floresta, que vivem da castanha, e que vivem de tudo o que se produz aqui. Nós não podemos nos esquecer. Então, isso aqui não pode ser um santuário.

Mas se é verdade que não pode ser um santuário, também não pode a Amazônia ser vítima de pessoas que tocam fogo em milhares e milhares de hectares de terra sem produzir nada, apenas para aumentar a sua propriedade. Não é possível! Então, não são corretos os dois extremos. Nesse projeto, nós apresentamos aquilo que é o caminho do meio, aquilo que é o bom senso, aquilo que querem os pobres, aquilo que querem os políticos sérios, aquilo que querem os intelectuais, aquilo que quer a imprensa, aquilo que querem as pessoas de responsabilidade.

Eu me lembro, na época da Constituinte, a guerra aqui neste estado, na televisão. Tinha até um jornalista de São Paulo, chamado Ferreira Neto, que trazia o programa dele para cá, e aqui, todos os dias era um debate: quem quer matar jacaré, quem não quer matar jacaré, quem quer matar jacaré... Era todos os dias: acaba com o jacaré, não acaba com o jacaré, acaba com o jacaré... Está lembrado, Amazonino? Era a discussão mais absurda do mundo. Mas,



durante todo o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, esse debate aconteceu aqui neste estado. No Pará, se debatia o búfalo: mata o búfalo ou não mata o búfalo; o búfalo acaba com as florestas ou não acaba com as florestas. Eram invenções de meia dúzia de pessoas que perpassavam na cabeça de toda a sociedade brasileira, sem levar em conta o sentido da responsabilidade.

Então, o que fizeram esses companheiros na apresentação deste Plano? A coisa mais importante... Um dia, o Mangabeira entrou na minha sala e falou: “Presidente, nós temos a saída para a Amazônia acertada com os outros ministros, acertada com os governadores, mas tem uma condição, Presidente, tem uma condição sem a qual as outras não acontecerão. A condição é a regularização fundiária em toda a região da Amazônia”.

Eu vou dar um exemplo para vocês: outro dia, eu fui entregar títulos lá no Amapá. Está aqui o Valdez... O povo, em nenhum estado, era dono da terra. Noutro dia eu entreguei os títulos para Roraima. Em Roraima, nem a sede do governo era de Roraima. Não se podia plantar nada porque as terras eram da União. Oh, diabos! Se a União não mora lá, por que a União tinha que ser dona da terra e não passar as terras para o setor produtivo, para quem quisesse trabalhar e aí nós começamos a regularizar?

Vocês viram que eu assinei decretos aqui hoje dando poderes para este baixinho aqui, que é o ministro do Desenvolvimento Agrário, montar a equipe que quiser montar. Eu não quero mais desculpa. A partir de agora, os nossos prefeitos, os nossos trabalhadores rurais vão ter as terras regularizadas no município. Um cidadão que não tem um título, ele não pode sequer pegar dinheiro emprestado, ele não pode. O cidadão que não tem um título não é dono de nada. Ele pode plantar um pé de macaxeira e ver o cidadão falar: “Essa terra não é sua, vai embora”. Então, nós vamos regularizar, nós vamos legalizar a Amazônia, que era chamada de Amazônia Legal apenas para efeitos de mapa geográfico, mas do ponto de vista da propriedade, não era. E



nós agora queremos que cada um se sinta mais cidadão e cidadã aqui nesta região. Depois que a gente fizer isso, a gente vai estabelecer que não é proibido indústria de madeira na Amazônia, se o cara trabalhar com a madeira certificada, se o cara fizer o manejo correto da floresta.

Eu estou cansado de viajar o mundo e [ouvir] um monte de gringos dando palpite sobre a Amazônia. Nós temos que afirmar, cada vez mais, que isso aqui é nosso. Se eles já acabaram com a floresta deles, por favor, deixem a gente cuidar da nossa, à nossa maneira.

Então, o que nós fizemos aqui hoje é uma coisa muito sagrada. Primeiro porque nós vamos entregar títulos. Eu prometo a vocês uma coisa: nós, até o ano que vem... Podem gravar e anotar, podem gravar para me cobrar, porque eu vou vir muitas vezes aqui no ano que vem. No ano que vem eu estarei governando, mas também estarei ajudando algumas companheiras e alguns companheiros aqui neste estado. Pois bem, escrevam aí: nós vamos assentar, nesses próximos dois anos, o que não foi regularizado nos últimos 50 anos aqui. Nós vamos regularizar. Eu não sei se é possível a gente acabar. Os governadores estão todos de acordo, com exceção do Maranhão, que estava naquele processo de transição, que não foi possível pactuar com o governo, mas agora vamos pactuar. Mas o governo do estado, os prefeitos e o governo federal trabalhando juntos, nós vamos ter possibilidade de dar a cada pessoa o direito de ter a sua terra. O cidadão vai colocar o jumentinho na sua propriedade, e ele vai saber que ninguém vai cortar o rabo do jumento porque (falha na gravação) numa propriedade alheia. É dele a propriedade.

A segunda coisa: nós temos que aproveitar a riqueza da biodiversidade da Amazônia para fazer este estado e esta região, todos os estados amazônicos, ricos. Eu vi ali agora... como chama aquele perfume francês? Chanel. Meninas, Chanel é chique. Não sei quantos homens já conseguiram comprar um Chanel para dar de presente para suas esposas, mas é um perfume francês chique. Hoje tem melhores. Mas o Chanel é chique. Eu lembro



que quando eu viajava nos anos 80, aí de mim se não trouxesse um Chanel para a dona Marisa, aí de mim. Pois bem, esse Chanel é feito com essência de coisas aqui da Amazônia.

Quantos remédios são produzidos no mundo com coisas que nós temos aqui na biodiversidade amazônica? Quantas madeiras boas nós temos aqui, que se a gente fizer o manejo correto – corta uma e planta dez – a gente pode utilizar e ter madeira para o resto da vida, sem permitir que haja nenhum transtorno à Amazônia?

Ao mesmo tempo, este cheque que estas pessoas receberam aqui é muito importante, gente. Eu vou contar um número para vocês, para vocês caírem de costas: quando eu tomei posse na Presidência em 2003, Paulinho Vannuchi, todo crédito que o Brasil tinha, todo o crédito dentro do Brasil era de R\$ 380 bilhões. Hoje, o Banco do Brasil sozinho, tem todo o crédito que o Brasil tinha há seis anos, e hoje o crédito no Brasil já ultrapassou R\$ 1,4 trilhão. Não pensem que é emprestando dinheiro só para empresários. Vocês viram aqui, esse último companheiro pegou um cheque de 22 mil contos, R\$ 22 mil. Por quê? Porque nós dobramos o Pronaf de 2 bilhões para R\$ 13 bilhões. Perguntem para o governador quanto é que o Basa está emprestando aqui. O Basa estava quebrado. O BNB, do Nordeste, emprestou, em 2002, 262 milhões. Este ano vai emprestar R\$ 13 bilhões. Nós queremos mais crédito para mais gente pequena, para mais pequenos produtores, para cooperativas urbanas, e vamos regularizar também a terra urbana.

Meu companheiro Rolf está aqui do meu lado. Eu fui, esses dias, a Rondônia, fui lá em uma vila pobre. Cheguei lá e descobri que tem mais de 40 mil propriedades dentro da cidade, em terras da União, que as pessoas não têm o título. Se as pessoas não têm o título de sua casa aqui em Manaus, elas não podem tomar R\$ 10,00 emprestados na Caixa, porque não é delas o título. Nós também vamos resolver a questão do título urbano, porque sabem os nossos companheiros que nós temos que trabalhar linear – o nosso Ministério





do Planejamento mais a Secretaria de Patrimônio da União – para resolver esse problema de título, gente. Uma mulher ou um homem com um título de propriedade dos seus dez (falha na gravação) quadrados, vira gente (falha na gravação), vira proprietário.

Este país (falha na gravação) que veio aqui um homem da Justiça conosco. Como é que pode ter criança na vida que não é registrada, gente? Como é que pode? Nós também não queremos que uma pessoa, que tem que andar dez dias de barco para cá, seja responsável. Se o pobre não pode vir até o governador, até o prefeito, até o juiz, nós precisamos criar vergonha e ir até onde eles estão, para poder atender a essa gente.

Então, este ato aqui, meu querido companheiro Eduardo Braga, este ato, para mim, é um ato muito significativo, porque a partir de hoje, verdadeiramente, nós começamos a dar o pontapé para finalmente a gente resolver a questão fundiária em toda a região da Amazônia. Ninguém pode mais assistir a um ser humano deitado em um caixão porque um grileiro o matou pela disputa da terra. Vamos dar o título, porque assim a pessoa não tem mais que ser vítima.

Tem uma pessoa com uma plaquinha ali: “Cadê a BR-319?”. Foi o Alfredo que trouxe ela para (incompreensível): “319”. Olhe, essa rodovia é imprescindível. Nós vamos fazer essa rodovia, ela está em fase de acabamento no Ministério do Meio Ambiente. Ela já tem um pedaço feito, de Manaus para lá, e um pedaço feito, de Porto Velho para cá. Ela está apenas com o meio “meio entrouxado”, mas nós vamos “desentrouxar” esse pedaço e vamos fazer.

Se Deus quiser, daqui a alguns anos eu venho aqui e o Alfredo vai me convidar para me levar de carro até Porto Velho, passeando por essa estrada, tomando cuidado: não vamos pisar em nenhum calango, nenhuma perereca, nenhuma cobra. Tudo o que vier, a gente vai desviar. Mas o Brasil não pode deixar de se desenvolver por ignorância nossa. Nós queremos preservar, nós



queremos cuidar, mas todos nós temos o direito de fazer isso melhorando de vida, melhorando, tornando a vida da gente menos sofrível, menos judiada. Se não for essa estrada, quanto tempo o cara vai demorar para chegar até aqui? Três vezes mais, e vai ter que vir de barco. Só sabe o quanto é bom andar de barco porque nós, que moramos no Sul... Em Brasília, nós sabemos andar de barco lá no Lago Paranoá, que liga o motor e já atravessou. Mas eles não sabem o que é vir em um barquinho: toc, toc, toc, toc, toc toc... Eu sei porque fui de Belém a Cametá e fui de Belém a Baião, para fundar o PT. Eu sei porque peguei um barco aqui e fui até Belém, passando em dezenas de cidades. Eu sei disso, e eu sei o quanto custa vir a remo. Eu sei. Às vezes são 14, 15 dias, dona Dilma, para uma pessoa sair de uma cidade e vir para cá. E tem gente que não quer que faça uma “estradazinha”. Oh, meu Deus do Céu! Nós vamos fazer, pelo bem da Amazônia, pelo bem do povo e pelo bem do progresso.

Um abraço. Que Deus abençoe todos vocês, e boa vitória.

(211A)